



## **REQUERIMENTO N° , DE 2017 – CMA**

Nos termos do art. 90, II; 93, II; 113; do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos reunião conjunta da Comissão Mista de Mudanças Climáticas – CMMC e da Comissão de Meio Ambiente – CMA para *debater, sob uma perspectiva mundial, o “estado da arte” na proteção constitucional do meio ambiente, com ênfase nos aspectos práticos de implementação dos direitos humanos e no chamado Estado de Direito Ambiental – concepção de adoção recente pela ONU – em Seminário Internacional*, a ser realizado nos dias 22 e 23 de maio de 2017, conforme programação anexa.

O evento será organizado pelo Senado Federal em parceria com várias instituições nacionais e estrangeiras, entre elas o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA; a Organização dos Estados Americanos – OEA; a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA; o Relator-Geral para o Meio Ambiente e Direitos Humanos da ONU; a Associação dos Juízes Federais – AJUFE; e a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB.

Vale destacar que uma sessão inteira será dedicada à aplicação prática das normas constitucionais e do Estado de Direito Ambiental no contexto dos países que compõem a Amazônia

Por fim, solicitamos o apoio dos Pares para a aprovação do presente requerimento, que tem por finalidade municiar o Parlamento e a sociedade para a tomada de decisões diante dos desafios voluntariamente assumidos pelo Brasil e demais países na COP 22.

Sala de Reuniões, em 12 de abril de 2017.

## **Senador DAVI ALCOLUMBRE**

## Senador JORGE VIANA

SF/17915.34562-00

# **CONSTITUIÇÃO, MEIO AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS: PRÁTICA E IMPLEMENTAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL**

**Sob os Auspícios da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e da Comissão de  
Mudanças Climáticas do Congresso Nacional do Brasil**

**Brasília, 22-23 de Maio de 2017**

O Seminário Internacional pretende discutir, sob uma perspectiva mundial, o “estado da arte” na proteção constitucional do meio ambiente, com ênfase nos aspectos práticos de implementação dos direitos humanos e no chamado Estado de Direito Ambiental, concepção de adoção recente pela ONU.

O evento é organizado pelo Senado Federal em parceria com várias instituições nacionais e estrangeiras, entre elas o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a OEA – Organização dos Estados Americanos, a OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, o Relator-Geral para o Meio Ambiente e Direitos Humanos da ONU, a AJUFE - Associação dos Juízes Federais e a AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros.

Uma sessão inteira é dedicada à aplicação prática das normas constitucionais e do Estado de Direito Ambiental no contexto dos países que compõem a Amazônia.

## **PROGRAMA PRELIMINAR**

**Segunda-feira, 22 de maio de 2017**

**9:00-9:30      Abertura**

**9:30-9:45      Intervalo**

**9:45-10:45      Conferências de abertura**

- Prof. John Knox, Relator Especial da ONU para Direitos Humanos e Meio Ambiente
- Ministro Luís Roberto Barroso (STF)
- Ministro Antonio Herman Benjamin (STJ)

- 10:00-11:15 Primeiro Painel: Princípios de Direito Ambiental**
- 11:15-11:45 Café**
- 11:45-13:00 Segundo Painel: Desafio da implementação**
- 13:00-14:30 Almoço**
- 14:00-16:00 Terceiro Painel: Juízes e Ambiente**
- 16:00-17:00 Debate Geral**

**Terça-feira, 23 de maio de 2017**

- 9:00-10:30 Quarto Painel: Remédios jurídicos e implementação**
- 10:30-10:45 Café**
- 10:45-13:00 Quinto Painel: Próximos passos e Recomendações**
- 13:00-14:00 Almoço**
- 14:30 – 17:00 Estado de Direito Ambiental: Realidade e Prática na Amazônia**
- 17:00 Encerramento**